



“Troca de galhardetes”.¹ Para o estudo da violência verbal na polémica sobre o Acordo ortográfico em Portugal

“Troca de Galhardetes”. For the study of verbal violence in polemical discourses concerning the orthographic agreement in Portugal

Mariana Silva Ninitas

Universidade Aberta (UAb), Lisboa, Portugal

mariana_msilva@hotmail.com

<http://orcid.org/0000-0002-1549-0335>

Resumo: O presente estudo tem como principal objetivo refletir acerca do uso da agressividade e da violência verbais na construção da polémica, num *corpus* de textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990 (doravante AO90), nas perspetivas da Pragmática, da Retórica, da Argumentação e da Linguística Interacional. O estudo parte, fundamentalmente, das noções de *ethos* e *Face Threatening Acts* (“atos ameaçadores da face”) com o intuito de verificar quais as estratégias linguístico-discursivas dominantes que veiculam a agressividade e a violência verbais. A análise do *corpus* permite concluir que os locutores manipulam diversas estratégias na construção da sua argumentação, tendo sempre a intenção de provocar e perpetuar o dissenso. Recorrentemente, os locutores atacam os seus interlocutores ao invés das suas ideias, por um lado, desqualificando-os e, por extensão, denegrindo também os seus apoiantes.

Palavras-chave: análise do discurso; pragmática; acordo ortográfico 1990; polémica verbal; violência verbal.

Abstract: The main goal of this study is to show the use of aggressiveness and verbal violence in polemical discourses, from a *corpus* composed by opinion texts concerning the Orthographic Agreement of 1990, taking in account the perspective of Discourse Analysis, Pragmatics, Rhetoric, Argumentation and Interactional Linguistics. The study

¹ Em português europeu, a expressão idiomática “troca de galhardetes” significa uma troca de opiniões, maioritariamente polémicas e/ou agressivas, temporalmente distanciadas, por norma.

is mainly based on the notions of *ethos* and Face Threatening Acts, in order to verify which are the dominant linguistic-discursive strategies that convey aggressiveness and verbal violence. The *corpus*' analysis allows us to conclude that the speakers manipulate several strategies in the construction of their arguments, always with the intention of provoking and perpetuating the dissensus. Frequently, speakers confront their opponents, disqualifying them and, by extension, their supporters, instead of discussing the difference of opinion.

Keywords: discourse analysis; pragmatics; orthographic agreement of 1990; polemical discourse; verbal violence.

Submetido em 19 de abril de 2020

Aceito em 27 de maio de 2020

1 Introdução

O presente estudo tem como principal objetivo verificar quais as estratégias linguístico-discursivas que são usadas na construção de um discurso polêmico e agressivo, num *corpus* de textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990 (doravante AO90), nas perspectivas da Pragmática, da Retórica, da Argumentação e da Linguística Interacional.

Sendo o AO90, à semelhança de outras reformas linguísticas, entendido por muitos como um ataque a um patrimônio intocável – a língua –, almejamos que o trabalho de investigação que nos propomos encetar contribua para a reflexão sobre como a construção do discurso polêmico é veiculada em artigos de opinião sobre o AO90, redigidos em português europeu, e de que forma o recurso à agressividade e à violência verbais serve esse propósito.

Sendo inequívoco que a polémica em torno do AO90 reside, em grande parte, e conforme apresentando por Gomes (2008, p. 26), em argumentos de ordem linguística, mas também de ordem política e relacionados com o prestígio de Portugal e da língua falada em território luso – com especial destaque para a ideia *quasi* generalizada de que o AO90 é sinónimo de uma subjugação de Portugal ao Brasil –, iremos demonstrar que muitos dos argumentos apresentados como justificação para a não adoção do novo acordo são facilmente contestados por quem assim o deseje, mesmo que sem competência linguística para essa avaliação e apreciação.

Sendo justamente o Acordo Ortográfico de 1990² um tema polêmico e fraturante na sociedade portuguesa, que tem feito correr rios de tinta, sobretudo na imprensa escrita, centrar-nos-emos nesta polêmica verbal.

Centrando-nos no estudo da polêmica verbal, importa, pois, destacar os relevantes contributos de Rodrigues (2008) e Gil (2018), que procederam a investigação, no âmbito das pesquisas de doutoramento, em discurso, e em discurso referendário e político, respetivamente. Importa, ainda relevar, o estudo de Ramos (2000), que aprofundou o estudo das características de polemicidade em discursos de opinião escritos, e o texto conjunto de Cavalcante, Pinto e Brito (2018) que, centrado essencialmente numa perspetiva sociocognitivo-discursiva para o estudo da argumentação em textos, visou refletir sobre as formas como a polêmica, na sua vertente argumentativa, se materializou em textos mediáticos de natureza política .

No que concerne ao AO90, é hercúlea a tarefa de elencar todos os estudos produzidos que se focam na discussão linguística das alterações ortográficas propostas. Não podemos deixar de destacar, ainda assim, o importante contributo de Ribeiro (1994), na perspetiva das Ciências da Comunicação, para a reflexão sobre a polêmica em torno do Acordo Ortográfico, e a publicação de Seara e Marques (2015), que analisa a polêmica em dois textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico, numa perspetiva linguístico-discursiva.

O presente estudo visa, pois, perceber de que forma se constrói o discurso polêmico nos textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990, identificando as regularidades da organização e funcionamento da polêmica escrita e a forma como essa polêmica depende do seu locutor e/ou do seu interlocutor, e do tipo de publicação em que surge, mas também analisar em que medida estes textos de opinião, dados à estampa, recorrem à agressividade e/ou à violência verbais – mais ou menos explícitas.

² O Conselho de Ministros de 9 de dezembro de 2010 aprovou uma Resolução que determinou a aplicação do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa no sistema educativo no ano letivo de 2011-2012 e a partir de 1 de janeiro de 2012 ao Governo e a todos os serviços, organismos e entidades na dependência do Governo, bem como à publicação do Diário da República.

2 Questões de Investigação

A um nível macro de análise, propomo-nos responder à seguinte questão:

- Quais os motivos que presidem ao dissenso e quais os argumentos que são convocados pelos que defendem o AO90 e os que o atacam e denigrem?

A um nível micro de análise, propomo-nos responder às seguintes questões:

- Quais as estratégias de construção de polémica no discurso?
- Quais os mecanismos discursivos que subjazem à construção do *ethos* do autor?
- Quais as estratégias discursivas predominantes de defesa e ataque (FTAs)?
- Quais as estratégias de defesa e ataque que recorrem à agressividade e/ou violência verbais?
- Que *ethè* são construídos nos debates polémicos que são travados pelas duas facções?

3 Corpus

Dadas as limitações, para este estudo, com carácter exploratório, foi constituído um *corpus* documental com dois textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990, dados à estampa na imprensa portuguesa, mais concretamente, no semanário português *Expresso*.

Os dois exemplares são da autoria de Miguel Sousa Tavares³ e Daniel Oliveira, duas figuras do panorama político português, que se posicionam em polos opostos no que à polémica sobre o Acordo Ortográfico de 1990 diz respeito.

Ambos os textos surgem na sequência de uma ação de Vasco Graça Moura, que, em fevereiro de 2012, enquanto Presidente do Centro

³ No ponto 8 do presente trabalho, apresentá-los-emos com maior pormenor.

Cultural de Belém, ordenou a aplicação da anterior ortografia em todos os textos produzidos pela instituição que presidia.

4 Metodologia e perspectivas de análise

No presente trabalho, analisaremos, do ponto de vista discursivo-pragmático, um *corpus* documental, constituído por dois textos de opinião sobre o Acordo Ortográfico de 1990, dados à estampa na imprensa portuguesa, conforme apresentado no ponto 3 do presente trabalho.

Para a prossecução dos objetivos de investigação, os textos foram etiquetados tendo em conta o tipo de publicação a que se associam, a data e o seu autor.

A análise do *corpus* insere-se no quadro teórico da Análise do Discurso (MAINGUENEAU, 1991, 2002; CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2002, entre outros).

Considerando que um discurso de opinião – qualquer que seja o género em que se insira – é uma prática dialogal (*in absentia*, no caso dos textos do *corpus*), serão convocados, igualmente, os contributos das teorias interacionais de Kerbrat-Orecchioni (1980a, 1992, 2001, 2005, entre outros), bem como das teorias de argumentação no discurso numa perspectiva retórica (AMOSSY, 1999, 2012), de que privilegiaremos a noção de *ethos*. Amossy, numa perspectiva pragmática e argumentativa, considera não apenas que o *ethos* é a construção da imagem do enunciador no discurso, mas que a eficácia do discurso é tributária da conjugação da imagem social de que se reveste o enunciador, e simultaneamente da construção discursiva no quadro interacional, perspectiva relevante na análise que propomos.

Ainda contemplando a noção de construção da imagem do locutor/ alocutário, convocaremos a noção de *face*, proposta por Goffman (1967). Segundo o autor, o termo *face* designa a imagem que o interlocutor tem de si mesmo e que é construída a partir de atributos socialmente aceites (GOFFMAN, 1967, p. 5). Goffman (1967, p. 7) acrescenta, ainda, que, perante os atributos de um determinado interlocutor e a natureza convencionalizada de uma dada interação, o participante tem consciência de que dispõe de um pequeno grupo de possibilidades de intervenção e de um pequeno grupo de *faces* que poderá adotar. Geralmente, a manutenção da face de um interveniente é uma condição da interação, não o seu objetivo, sendo que a figuração, como ganhar a *face* para

alguém, dar espaço à expressão das crenças de alguém, introduzir opiniões depreciativas sobre outros, resolver problemas, executar tarefas, etc são ações que se realizam com o objetivo de manter a consistência perante a face que se adotou (GOFFMAN, 1967, p. 12). As formas mais frequentes de defender/proteger a face são: evitar determinado tema ou o processo de correção. O não cumprimento – muitas vezes intencional – dos princípios de proteção da face, geram os chamados FTAs, ou seja, *Face Threatening Acts*, previsivelmente, muito frequentes no discurso polêmico.

Num nível macrodiscursivo, e no âmbito retórico, debruçar-nos sobre a argumentação, enquanto dimensão constitutiva do discurso, de acordo com os trabalhos desenvolvidos por Amossy (2007, 2012), Maingueneau (2011), Plantin (1996), entre outros.

Num plano micro, a presente análise será ainda subsidiária dos contributos de Fonseca (1992a), Carreira (1997) e Kerbrat-Orecchioni (1992).

Da pragmática, uma vez que os textos polêmicos se revestem de uma forte carga emocional, convocaremos contributos que se reportam à teoria dos atos de fala, ancorados em autores como Austin (1962) e Searle (1969). Seguiremos a tipologia dos atos ilocutórios expressivos, proposta por Palrilha (2009), que segue os pressupostos de Searle (1969) e Norrick (1978). Segundo Palrilha (2009), os atos ilocutórios expressivos podem ser organizados em duas áreas: atos expressivos emotivos, que são realizados na expressão de gostos, de emoções, de sentimentos; e, por seu turno, atos expressivos avaliativos, que são realizados na expressão de opiniões favoráveis/desfavoráveis, na expressão de juízos de valor (PALRILHA, 2009, p. 117-118).

Uma vez que se prevê que a polémica em textos de opinião possa partir de uma reação a um texto anterior,⁴ convocaremos, igualmente, as noções de atos ilocutórios de negociação de sentido, destacando os

⁴ A existência de um Terceiro (“Tiers”) “faz-se sentir mesmo em situações em que essa presença não é física através da “questão argumentativa” que impulsiona o confronto e o configura textual/discursivamente: o discurso argumentativo organiza-se globalmente em torno de dois pólos semântico-pragmáticos, articulando um discurso e um contra-discurso em torno dos quais se alinham os interlocutores, que aderem ou se revêem nos argumentários avançados por Proponente e Oponente. Aquele Terceiro assume frequentemente uma posição “meta” em relação aos discursos em confronto (PLANTIN, 1995, p. 122)”. (GIL, 2018, p. 92.)

atos iniciativos (como a afirmação, a pergunta, a indagação) e os atos reativos (como a crítica, o desmentido, a refutação, a contestação, a contra-argumentação, a negação, a contraposição).

Considerando que a emoção não só está presente como caracteriza o discurso polêmico e o difere da controvérsia, a presente análise será igualmente tributária da noção de polémica de Amossy (2008a, 2010a, 2011), conquanto possam ser mobilizados outros contributos teóricos.

Por fim, o presente trabalho terá como ponto de partida os trabalhos de teorização sobre a polémica e a violência verbal, que apresentaremos mais detalhadamente em seguida.

5 Enquadramento socio-histórico do Acordo Ortográfico de 1990

Somente no séc. XII, segundo Teyssier (1990), se reconhece, oficialmente, o início da história da língua portuguesa, como consequência da descoberta daquele que se julga ser o primeiro documento (conhecido) redigido inteiramente em português – *Notícia de Fiadores* (1175). Nos primeiros séculos de existência da língua portuguesa, segundo Fonseca (1985), a sua forma escrita era variável, fenómeno que facilmente se explica pelo facto de o português ser, à data, uma língua vernácula que coabitava com o latim – a língua culta e de ensino.

Sendo a língua um instrumento vivo que se modifica ao longo dos tempos (SILVA NETO, 1960, p. 18), também a língua portuguesa, desde que fixada como tal, sofre inúmeras variações no decorrer dos anos – evoluindo do galego-português ao português moderno (cf. TEYSSIER, 1990) – e, com ela, a sua representação escrita.⁵

No séc. XVI surge a primeira gramática da língua portuguesa, da autoria de Fernão de Oliveira, seguindo-se-lhe a *Grammatica da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540), mas é apenas no séc. XIX que se começam “a dar os primeiros passos linguísticos virados para uma preocupação gramatical mais profunda do nosso idioma” (PALMA, 2010, p. 6), dados por Viana de Gonçalves que, segundo Palma (2010, p. 6), prossegue a sua demanda no séc. XX.

É, então, a partir de 1911, que Portugal dá o primeiro passo efetivo no sentido de padronizar a forma de escrita da língua a ser usada

⁵ Para uma visão cronológica, até 2009, consultar: <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/?action=acordo-historia>.

nas publicações oficiais e no ensino. A necessidade de criar uma norma ortográfica credível (CASTRO; LEIRIA, 1987, p. 103) leva à criação de uma reforma que prevê um retorno à ortografia fonética da Idade Média, mais simplificada, alterando-se “a estética escrita do português” (PALMA, 2010, p. 8). Tal movimento gera bastante discórdia, ainda que conte com nomes de grande prestígio como Adolfo Coelho, Leite de Vasconcelos, Cândido de Figueiredo e Gonçalo Viana.

Pelas razões supracitadas, o acordo não vingou de imediato. E se as vozes detratoras se fazem ouvir em Portugal, muito mais se pronunciam no Brasil.

Portugal adota a nova reforma em 1911, ao passo que o Brasil se mantém com a sua antiga norma até 1938 – ano em que a Academia Brasileira de Letras consegue fazer aprovar a reforma vigente em Portugal.

As divergências, no entanto, fazem-se sentir com grande intensidade, ao longo dos anos, o que conduz à criação da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, adotada em 1945, por Portugal, que se manteve vigente até há poucos anos.

Na sequência da recusa do Brasil em ratificar o acordo aceite por Portugal, outras tentativas de aproximação entre Portugal e Brasil são orquestradas, mas apenas no início da década de 70 se dá uma mudança. Em 1971,

[...] o Governo Brasileiro deu um passo muito grande no caminho da unificação ortográfica, nomeadamente com a supressão do acento circunflexo na distinção dos homógrafos (ESTRELA, [s.d.], p. 145)

Apesar de todas as tentativas, as divergências teimam em resistir. Assim, segundo Palma (2010),

[...] no decorrer do ano de 1975, no sentido de reduzir as dissemelhanças, a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras elaboraram um novo projecto de acordo, que nunca chegou a ser aprovado oficialmente, por razões de ordem política. (PALMA, 2010, p. 13)

Nesta sequência, em 1986, juntam-se os representantes de Portugal, Brasil e cinco novos países africanos lusófonos – antigas colónias portuguesas. Também neste encontro não há consenso,

“incidindo a maior discórdia na problemática da acentuação de palavras” (PALMA, 2010, p. 13).

Em 1990, a Academia das Ciências de Lisboa reúne e junta uma Nota Explicativa ao acordo original. Esta última versão é aprovada em simultâneo pelos governos de Portugal e do Brasil, mas a sua entrada em vigor é adiada, pois apenas os dois países e Cabo Verde ratificam a sua aplicação (CRISTÓVÃO *et al.*, [s.d.], p. 24).

Vários anos se passam e, apenas em 2008, a Assembleia da República de Portugal ratifica o Segundo Protocolo Modificativo (já autorizado pela Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, em 2004). No mesmo ano, as reações detratoras ao novo acordo proliferam. Ainda assim, o Brasil assina o decreto de implementação, com efeitos a partir de 2012.

O consenso em relação a esta norma tende, no entanto, a tardar. Assim, em 2017, em Portugal, é criado um grupo de trabalho para avaliar os argumentos de defensores e detratores do Acordo Ortográfico (doravante AO).

Muitos deputados entendem que o AO não cumpre o objetivo de unificar a Língua Portuguesa, tendo, até janeiro de 2020, só sido adotado por Portugal, Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe (Angola, Moçambique, Guiné-Bissau e Timor-Leste ainda não ratificaram). Por essa razão, muitos recomendam que haja uma nova ronda de negociações entre os Estados-membros da CPLP.

As propostas de alteração ao AO preveem a integração das recomendações da Academia de Ciências de Lisboa, que incluem repor os acentos, como em *pára*, as consoantes eliminadas em algumas palavras, como *espectador*, e os hífens, como em *fim-de-semana*.

Além das propostas do grupo de trabalho, a Iniciativa Legislativa de Cidadãos contra o Acordo Ortográfico entrega, em abril em 2019, na Assembleia da República Portuguesa, mais de 20 mil assinaturas. Esta iniciativa é assim transformada num projeto de lei para revogação do Novo Acordo Ortográfico.

A história da implementação ou revogação do Acordo parece não ter fim, mas é a partir dos sumarentos textos produzidos pelos defensores e pelos detratores que o presente trabalho será construído.

6 A construção do discurso polêmico

As inúmeras reações à implementação do AO90 e a falta de consenso em torno do tema produziram um sem número de textos escritos de natureza *polêmica*.

Para melhor compreender o que a seguir apresentamos, é necessário explicitar, antes de mais, a diferença entre a polêmica enquanto ação discursiva (“*du*” *polémique*) e a polêmica enquanto troca interacional (“*de la*” *polémique*) (AMOSSY, 2003). Segundo Jacquin (2011), são os participantes das interações que avaliam certos comportamentos como parte de uma polêmica e decidem agir perante a situação polêmica, incluindo-se nela.

Se parece verdade que todo o discurso polêmico – na aceção que apresentaremos abaixo – é argumentativo, o contrário não parece verificar-se. A maior parte das definições de argumentação e de retórica partem do princípio de que se pretende chegar a um consenso. O consenso, ou seja, o resultado de uma persuasão eficaz, não parece ser condição necessária, no entanto, para a definição de argumentação.

Segundo Plantin (2011), a argumentação é a gestão de diferentes pontos de vista e representações, levando ao consenso no meio do dissenso. Desta forma, a argumentação trata-se de uma atividade agonal, dialógica e subjetiva. O discurso argumentativo-persuasivo é, então, e segundo Fonseca (1992, p. 205), um subtipo do discurso polêmico. Charaudeau (2017, p. 23) defende, no entanto, que o discurso polêmico dificilmente será um género, sendo mais uma forma de enunciação.

É inegável, no entanto, que muitas atividades discursivas são ancoradas do dissenso, sendo os intervenientes conscientes de que o seu discurso não mudará a perspetiva do outro.

Assim, Rodrigues (2008) define a polêmica como

[...] uma prática discursiva própria de interações verbais marcadas por duas coordenadas constantes: a dissensão entre os falantes em relação a uma matéria e a dimensão argumentativa/refutativa determinada por objectivos persuasivos. Dessa prática discursiva fa[z]em parte, a par da polêmica, a controvérsia,⁶ a

⁶ Segundo Rodrigues (2008, p. 30), “A controvérsia, associada à racionalidade e à verdade, é correntemente descrita por aspectos como: objectivo de persuasão do interlocutor e de demonstração da verdade, argumentação rigorosa e honesta, tom sereno e moderado – traços fortemente contrastivos com os da polêmica, mais apropriada à

disputa, a discussão, a querela, por exemplo. (RODRIGUES, 2008, p. 30.)

Abordaremos, a partir do enquadramento teórico que apresentamos, o discurso polêmico a partir da sua organização em dois polos antagônicos, em que se defronta o Nós e o Eles/ o Outro (MAINGUENEAU, 1983, p. 20). A polêmica é, pois, neste sentido, uma atividade argumentativa em que o locutor procura reforçar a sua tese, tornando-a impenetrável, sem pretender, necessariamente, convencer o outro (DOURY, 2012). A gestão verbal do conflito dá origem àquilo que Amossy (2010) classifica como a coexistência de dissenso.

Neste sentido, e segundo Burger (2005, 2008, 2011), é no dissenso que os participantes concordam em discordar, envolvendo-se num trabalho colaborativo de negociação, ainda que conscientes da impossibilidade de um consenso. Os interactantes colaboram para se oporem melhor, marcando não apenas a coexistência de opostos, mas, também, e acima de tudo, a sua comunicabilidade. O autor refere, ainda, que o dissenso funciona como uma espécie de antídoto para a violência verbal, até ao conflito efetivo, que é, segundo o mesmo, o colapso da comunicação.

O discurso polêmico é, assim, percorrido pela isotopia do belicismo, em que as armas são as palavras. Estas armas servem para desqualificar o discurso do alocutário ou o próprio adversário (com ataques *ad hominem*).

A dicotomia entre posições agônicas é construída através de estratégias discursivas de agressividade e mesmo de violência verbal, bem como por meio de avaliações axiológicas que polarizam os discursos

resolução de problemas estéticos (literatura, música, arte em geral), onde o diferendo se centra em questões de gosto.” Ainda que a noção de controvérsia pareça incompatível, na perspectiva de Rodrigues (2008), com a noção de polêmica, Dascal (1989, 1990a, 1990b, 1992, 1994, 1995a, 1995b) propõe que a controvérsia seja um terceiro modo da polêmica. Segundo o autor, nas controvérsias, as partes permanecem comprometidas com as suas posições iniciais, ainda que aceitem a existência de outros posicionamentos. Para o autor, a controvérsia pode ser resolvida, mesmo que o dissenso permaneça, sem vitória ou reconhecimento do erro – o que permite a compatibilidade com a ideia de polêmica e a sua natureza ilógica. Ainda segundo Dascal, a maioria das polémicas reais são controvérsias. Veja-se, também, a este propósito, Engelhardt Jr. e Caplan (1987) e Granger (1985).

e os seus intervenientes em torno de tópicos como BEM/MAL, JUSTO/INJUSTO, VIDA/MORTE, etc.

O agonismo que encontramos no discurso de opinião vinca a polemicidade constitutiva do ato de contra-argumentar.

Marc Angenot (2008, 2015) refere-se, oportunamente, à polémica como um diálogo de surdos ou uma retórica antilógica. Na verdade, para o autor, definir a Retórica como arte e persuasão é partir de uma premissa errada, já que, raramente, o objetivo de persuasão é conseguido. E é no dissenso, na ausência de comunhão de racionalidade que os intervenientes são conduzidos a uma forte carga emotiva, revestida de indignação e cólera.

No caso do discurso de opinião, amplamente tratado por Fonseca (1992b, 1998), constrói-se uma relação polémica em que um discurso segundo se opõe a um discurso prévio (MAINGUENEAU, 1984), havendo, desta forma, um carácter dialógico e – talvez – dialogal *in absentia*. Não raras vezes, na imprensa, as intervenções surgem como texto de opinião, muitas vezes parecendo respostas a uma pergunta que circula durante meses: “É a favor do acordo ortográfico?”. Nesse sentido, a polémica entende-se como uma modalidade argumentativa em que o dissenso abre caminho para o consenso ou, pelo menos, para um exercício de deliberação.

Amossy (2010, p. 209) nota, ainda, que o discurso polémico tem como principal objetivo a desqualificação do discurso do outro, acentuando as divergências. Assim, sem um contradiscurso não existe polémica. A natureza da polémica é dialógica, mas não necessariamente dialogal, já que o suporte de muitas das polémicas são os *media*.

Kerbrat-Orecchioni (1980a) acredita que a polémica se inscreve num quadro de paixão e de violência, constituindo-se como um tipo de interação qualificado como agressivo, violento ou, de forma mais mitigada, vivo. Segundo Rodrigues (2008, p. 178), a polémica gerada pode ser uma *polémica de ideias*, mas, também, *polémica pessoal*, fazendo uso de diversas estratégias de ataque *ad hominem*. De entre as estratégias possíveis, segundo Jacquín (2011), é possível destacar, por exemplo, o insulto, o ataque à moralidade, a reformulação de comentários feitos pelo *outro* e a contradição. O autor relembra, ainda, que a polémica pode ser construída com “efeito” – como numa partida de *snooker* [*proposta nossa*]: pode revelar-se por um ataque à tese através do ataque ao homem ou mesmo o seu inverso.

As fórmulas manipuladas na construção da polémica, segundo Hekmat (2011), podem ser, assim, em simultâneo, polimórficas, i.e. contestarem a afirmação considerando-a problemática e/ou inadequada à realidade, e polifuncionais, i.e. provocarem agonismo e/ou atacar o adversário interacional. De referir, no entanto, que

se as emoções/paixões e a violência verbais abundam no discurso polémico, tal não significa que sejam constitutivos do discurso polémico: não se trata, portanto, de elementos definitórios da polémica, e há que distinguir a violência do conflitual (sendo este último traço caracterizador da polémica, ao contrário do primeiro). (GIL, 2018, p. 111.)

Mas de que forma o dissenso da polémica se concretiza em termos linguístico-discursivos? Segundo Gil (2018),

A citação ou a inscrição do discurso oponente, por meio da retoma ou da reformulação, no discurso do locutor é uma estratégia privilegiada na polémica: por um lado, o locutor retoma o discurso do Outro deformando-o amiúde, de modo a servir os seus objectivos; por outro lado, apresentar como pressuposto um dado objecto de discurso constitui uma forma de o apresentar sem assumir a responsabilidade enunciativa – ao Oponente restam duas hipóteses de algum custo: ou ignorar o adversário, o que pode ser entendido como um sinal de concordância (estrategicamente desvantajoso), ou terá de negar o pressuposto, com maior ou menor grau de violência, sob risco de acusações de fraqueza ou de desvio do essencial do debate. (GIL, 2018, p. 111.)

Também o discurso direto, o discurso indireto e indireto livre, as citações diretas ou a reformulação constituem, segundo a mesma autora, formas de retoma do discurso do adversário com forte pendor argumentativo e polémico, através dos quais se realizam “actos de composição textual/discursiva com uma saliente natureza metalinguística/metacomunicativa” (FONSECA, 1994, p. 127-128). Segundo Gil (2018),

Se não conduz a uma solução, a polémica abre, pelo menos, caminho para a adopção de um posicionamento que impeça um infundável dissenso. Polemizar é, nesse sentido, uma actividade que está ao serviço de uma comunidade participativa e que reconhece a alteridade. (GIL, 2018, p. 120.)

As disputas são, assim, e conforme defendido por Dascal (2005, p. 30), informativas, uma vez que a apresentação de argumentos permite uma melhor e mais clara identificação das diferenças entre as partes.

Perante a multiplicidade de estratégias possíveis na manifestação da polémica, será fácil reconhecer e aceitar a, também, multiplicidade de vozes. Esta polifonia permite reforçar os laços e a identidade entre os diferentes atores – locutor e alocutário. Nesta perspetiva, o auditório a que se dirige o discurso é uma construção discursiva, pois o discurso do locutor tem de se basear nos saberes *doxais*,⁷ lugares-comuns e representações de que o seu alocutário/destinatário comunga.

Nesse campo, importa ainda referir a noção de “maioria silenciosa”, proposta por Le Bart (1998, p. 46), a propósito do discurso político polémico. Brilliant (2011) defende, nesta sequência, que é, muitas vezes, através desta “opinião pública” que se suportam argumentos que não provocam realmente confrontos em teses antagónicas, mas que se apresentam como um jogo de xadrez, traduzindo-se em estratégias de posicionando mais do que em confrontos ideológicos.

É, então, nesse âmbito que entra em jogo a “esquematisação” de Grize ou o “estereótipo” de Amossy. Segundo Fonseca (1994),

partindo da imagem pré-existente do alocutário, o locutor assenta o seu discurso em premissas (de ordem social, cultural, histórica) que crê serem aquelas que correspondem aos saberes do seu auditório. O grau de dificuldade de tal tarefa varia em função da heterogeneidade do auditório; o locutor não pode, no entanto, eximir-se a essa construção discursiva, já que o alocutário/destinatário é parte integrante do dispositivo de enunciação. (FONSECA, 1994, p. 124.)

Amossy (2001) sublinha, no entanto, que a construção discursiva do alocutário é em si mesma uma estratégia argumentativa, uma vez que é possível fazer com que o alocutário queira ser a imagem favorável na qual se revê (AMOSSY, 2002, p. 469). A presença do alocutário em termos discursivos pode revelar-se, no entanto, de forma explícita ou

⁷ A noção de *doxa* é-nos proposta pela Pragmática Linguística e consiste no “conhecimento do mundo” ou nas crenças partilhadas por uma determinada comunidade. Segundo Fonseca (1992b), a *doxa*, além de permitir a interpretação do enunciado e dos seus implícitos, possibilita que haja uma deslocação de agentividade, uma vez tratar-se de um conhecimento sem rosto.

implícita. Segundo Kerbrat-Orecchioni (1980b, p 158-161), as formas de tratamento, a indireção na convocação do alocutário, ou o uso de determinadas formas pronominais constituem algumas das formas mais explícitas de materializar o alocutário no discurso, i.e. estratégias de referenciação. Por outro lado, essa materialização pode ser feita de forma implícita, segundo a mesma autora, através da imagem que o locutor faz do seu alocutário, a escolha da estratégia discursiva e os conteúdos veiculados. As duas modalidades dependem do “contrato” estabelecido entre locutor e alocutário.

Charaudeau (1995b, 1995a, 2006) defende que esse “contrato” permite estruturar a prática discursiva em função dos constrangimentos impostos pela identidade de cada um dos intervenientes, bem como pelos objetivos, das circunstâncias (contexto), os *topoi* e a *doxa*.

A imagem do locutor, na mesma linha, depende, igualmente, de construções discursivas e sociais, a que a noção de *ethos* não é alheia.

Kerbrat-Orecchioni (2000) articula ao *ethos* um conceito de *ethos* coletivo, i.e. a percepção que o auditório tem do seu locutor, bem como o sucesso das suas intenções dependem da forma como os membros de uma comunidade se apresentam numa interação verbal, os saberes enciclopédicos e os valores que partilham. Micheli (2011) acrescenta, a este propósito, que a legitimidade do *ethos* do locutor, aquando da interação dita polémica, pode ser construída pelo contraste entre a insensibilidade/desprezo do seu adversário em relação a determinado assunto e a consequente ideia de sensibilidade a que o locutor se associa automaticamente.

Em síntese, os estudos acima mencionados tornam claro que a polemicidade é uma dimensão específica dos textos de natureza argumentativa, cujo principal objetivo, mais do que levar ao consenso, passa por desqualificar um lado particular e tornar a tese impenetrável ao adversário.

O estudo do discurso polémico, seguindo Rodrigues (2008), implica a análise dos atos de fala, dos atos ilocutórios ameaçadores da face, das marcas de subjetividade, das avaliações axiológicas, das retomas e da representação do Outro, e será nesse sentido que conduziremos o presente estudo. A polemicidade, segundo a mesma autora, é, então, um fenómeno pluridimensional “que pode constituir um traço configurador do discurso de forma generalizada ou de forma localizada” (RODRIGUES, 2008, p. 70).

6 A agressividade e a violência verbais

A agressividade e a violência verbais, também referidas por alguns autores como *flaming*,⁸ têm sido objeto de estudo sob inúmeras perspectivas de análise, no âmbito dos estudos da linguagem, nos quais são privilegiados aqueles que se debruçam sobre a polêmica verbal.

Segundo Antonio Balandrón Pazos, a agressividade é o primeiro estágio da violência (BALANBRÓN PAZOS, 2004, p. 42). Para o autor supracitado, a diferença entre agressividade e violência é puramente cultural, podendo sintetizar-se da seguinte forma: a agressão visa dissuadir o outro, ao passo que a violência tem a intenção de causar dano, físico ou psicológico, ao interlocutor, de forma intencional (BALANBRÓN PAZOS, 2004, p. 48).

Não há como ignorar, no entanto, e como Rodríguez e Lara (2008) acrescentam, que, independentemente da intenção subjacente, os interactantes recorrem a estratégias de descortesia, procurando denegrir a imagem social do seu oponente (RODRÍGUEZ; LARA, 2008, p. 18).

A descortesia surge como o reverso da moeda cortês, o lado que intencionalmente põe em causa a imagem do seu interlocutor, com o objetivo de a destruir em benefício próprio. E, segundo Bousfield (2008) e Culpeper (2005), não é possível identificar a descortesia sem se conhecer o seu contrário.

Importa, pois, recuperar a proposta de Goffman (1967), que defende que o principal propósito da comunicação eficaz e, por isso, cortês é criar uma boa imagem de si ao outro e cumprir com o se espera dela. Implica, por isso, e segundo o autor, um compromisso com a imagem social que o locutor tem de si mesmo (GOFFMAN, 1967, p. 101). Importa sublinhar, todavia, que a face adotada pelo locutor é uma projeção de si mesmo no outro, um *eu* virtual que pode não coincidir com a realidade (GOFFMAN, 1959, 1961).

E se é verdade que ser cortês induz cortesia, também é verdade, como oportunamente referem Rodríguez e Lara (2008), que nem sempre são as regras de cortesia que regem a conversação ou a comunicação em geral (RODRÍGUEZ; LARA, 2008, p. 16). Existem situações comunicativas cujo principal objetivo se centra na vontade de denegrir

⁸ O termo *flaming*, segundo O'Sullivan e Flanagan (2003), remete para um comportamento verbal negativo, usado, fundamentalmente, no âmbito das comunidades digitais.

e destruir a imagem do outro, produzindo-se contextos descorteses intencionais, em situações de conflito e polêmica.

Em tais contextos, mais do que procurar o acordo e a harmonia, os interactantes almejam evidenciar as diferenças e assumem a descortesia como norma, convertendo-a numa nova forma de cortesia: o respeito pelo pacto interacional de conflito. Assim, os interlocutores esforçam-se por alimentar o dissenso, procurando deliberadamente o desequilíbrio entre as imagens sociais de cada um (RODRÍGUEZ; LARA, 2008, p. 16-17).

Bousfield (2008) e Culpeper (2008) defendem que a agressividade e a violência verbais são *Face Threatening Acts* (“atos ameaçadores da face”) intencionais.

No entanto, segundo Rodríguez e Lara (2008), é importante estabelecer a diferença entre o que são atos agressivos ou de inibição (como a ameaça) e atos violentos (como o insulto, a ridicularização, o nanismo, a usurpação de palavra, ou seja, todos os atos que ameaçam a dignidade da pessoa) (RODRÍGUEZ; LARA, 2008, p. 18), sendo crucial marcar a distinção entre agressão e violência hostil (que visam provocar dano no outro), e agressão e violência instrumental (que visam um outro fim) (RODRÍGUEZ; LARA, 2008, p. 17).

Alguns autores, como Cabral e Lima (2017), alertam para o facto de a eficácia da agressão/violência depender de uma marcação linguística evidente, perceptível pelo oponente. Terkourafi (2008) reforça, porém, que esta marcação pode ocorrer, também, por meio do uso de uma expressão não convencional num dado contexto, não sendo, portanto, necessário o recurso a marcadores linguísticos pejorativos. Neste sentido, e com o objetivo de estabelecer o que se pode considerar agressivo ou violento, Culpeper (2011, p. 20) propõe duas condições necessárias para a ocorrência da ofensa verbal: 1) a linguagem utilizada deve entrar em conflito com as expectativas; 2) a linguagem utilizada deve produzir um efeito perlocutório de ofensa.

Também Bousfield (2008), baseado em Culpeper (1996, 2005), sistematiza algumas marcas de descortesia que permitem uma análise mais clara. Assim, para Bousfield (2008, p. 99) algumas das estratégias de impolidez explícita são 1) desdenho ou desprezo; 2) dissociação do outro; 3) demonstração de falta de interesse; 4) uso de marcadores de identidade não apropriados; 5) perpetuação do desentendimento; 6) uso de linguagem tabu; 7) ameaças; 8) condescendência ou ridicularização; 9) associação do interlocutor a um aspeto negativo. Elenca, igualmente,

duas das principais manifestações implícitas de impolidez: 1) sarcasmo ou falsa polidez; 2) silêncio ou inação.

Analisando a listagem apresentada por Bousfield (2008), facilmente se identificam as estratégias que podem apresentar uma natureza agressiva ou violenta. Ainda assim, de entre as inúmeras manifestações de violência verbal possíveis, os insultos encabeçam a lista dos mais explícitos, pressupondo uma situação de interlocução – mesmo que *in absentia* -, caracterizada pelo dissenso, com uma intenção crítica e depreciativa. Apesar de considerado um ato puramente verbal, segundo Cabral e Albert (2017, p. 278), o insulto “resvala para o domínio social”, uma vez que põe em causa a imagem do seu interlocutor e o posiciona como um outro ideologicamente distante. De facto, e como referido por Amossy (2014a), tradicionalmente, a agressão verbal parte de um *argumentum ad hominem*, procurando a desqualificação do outro, retirando-lhe legitimidade e crédito.

Segundo van Dijk (2008), a estratégia de descredibilização do outro, seja através do insulto ou não, permite reforçar a relação antagónica entre o EU e o OUTRO, i.e. entre o endogrupo e o exogrupo do “quadrado ideológico” proposto pelo mesmo autor (VAN DIJK, 2008, p. 195).

A manifestação de agressividade e/ou violência no campo verbal parece, no entanto, mais clara em textos orais, conforme evidencia Bravo (2003). Segundo a autora, a cortesia (ou a sua ausência) tem uma natureza comunicativa e conversacional, com participantes fisicamente presentes (BRAVO, 2003, p. 6). No entanto, como demonstramos no presente trabalho e é corroborado por Rodríguez ([s.d.]), também os textos escritos permitem a manipulação de estratégias de cortesia ou descortesia, incluindo, em alguns casos, traços de agressividade e violência. A natureza dialógica de alguns textos escritos – como os textos de opinião – permite atestar tal crença, ainda que, por questões temporais ou dificuldade de identificação do destinatário, a resposta a esses estímulos possa tardar.

Atentemos, pois, no estudo exploratório apresentado abaixo, para melhor compreendermos o acima exposto.

8 Análise do *corpus* dos textos polémicos (da “troca de galhardetes”)

O estudo exploratório que nos propusemos encetar prevê a análise de dois exemplares de textos de opinião acerca do AO90 (cf. Anexos), publicados no semanário português *Expresso*, em fevereiro de 2012.

Primeiramente, é importante conhecer, ainda que brevemente, os intervenientes (diretos ou indiretos) do *corpus* em análise.

Um dos textos é da autoria de Daniel Oliveira, filho de Herberto Helder, escritor português. À data da publicação em análise, Daniel Oliveira era ainda ativista político, jornalista e comentador televisivo. Iniciou a sua vida política na Juventude Comunista Portuguesa e foi um dos fundadores do Bloco de Esquerda. É, desde o início, um acérrimo defensor do Acordo Ortográfico de 1990.

O segundo texto é assinado por Miguel Sousa Tavares, filho da escritora portuguesa Sophia de Mello Breyner Andresen, jornalista, editor, escritor e comentador político português. Contrariamente aos seus pais, Miguel Sousa Tavares nunca foi filiado em nenhum partido político, ainda que tenha participado em alguns movimentos cívicos em ocasiões esporádicas. É, desde o início, um acérrimo detrator do Acordo Ortográfico de 1990.

Daniel Oliveira e Miguel Sousa Tavares apresentam um exímio domínio das técnicas de argumentação e, talvez por essa razão, este último, a propósito de uma polémica que o envolvia, tenha afirmado “(...) nunca disse, nunca escrevi e nunca me ocorreu pensar tão estúpida frase. É absolutamente falsa, de fio a pavio. Quem a inventou sabia bem que a melhor forma de atingir um adversário não é discutindo as razões dele, mas atacando-lhe o carácter.” (SOUSA TAVARES, 2008)

Por fim, apresentamos Vasco Graça Moura, a figura que é repetidamente mencionada pelos dois autores nos textos em análise.

Vasco Graça Moura (3 de janeiro de 1942–27 de Abril 2014) foi um escritor, tradutor e político português. Após o 25 de abril de 1974, filiou-se no Partido Social Democrata, tendo exercido cargos de Secretário de Estado da Segurança Social e, mais tarde, dos Retornados. Durante dez anos (de 1999 a 2009), foi deputado no Parlamento Europeu. Em 2012, foi nomeado, pelo Secretário de Estado da Cultura – Francisco José Viegas – presidente da Fundação Centro Cultural de Belém.⁹

⁹ Segundo o sítio oficial, “O Centro Cultural de Belém é gerido por uma Fundação que tem por objetivo a promoção da cultura, desenvolvendo a criação e a difusão em todas as suas especificidades, da música clássica ao jazz, do teatro à dança, da ópera à literatura, arquitetura e cinema. O CCB oferece-se também como um centro para a realização de conferências e reuniões profissionais. A Fundação tem por fim especial assegurar a conservação, administração e desenvolvimento do património do Centro Cultural de Belém” (DL. 391/99, de 30 de Setembro).

Os textos em análise foram produzidos na sequência de uma ação de Vasco Graça Moura, que, em fevereiro de 2012, enquanto Presidente do Centro Cultural de Belém, ordenou a aplicação da anterior ortografia em todos os textos produzidos pela instituição que presidia.

Vejam, então, algumas estratégias manipuladas pelos autores.

8.1. Título

Os dois autores procuram, através do título, informar o leitor quanto ao rumo que o texto produzido tomará.

Miguel Sousa Tavares intitula o seu artigo de “A coerência, a coragem e a dignidade”, ao passo que Daniel Oliveira escolhe o título “O cantinho de Vasco Graça Moura”.

A avaliação axiológica tecida transparece, nos dois casos. No entanto, somente através da leitura do corpo do texto e do conhecimento prévio sobre o seu posicionamento nesta matéria, é possível confirmar que a escolha do diminutivo “-inho” em nada se reveste de inocência. Antes, sim, de uma conotação negativa, atribuindo, desta forma, à ação de Vasco Graça Moura uma certa inadequação. Relembramos que, segundo Villalva (2003), os sufixos modificadores diminutivos, alterando a informação semântica do núcleo, fornecem uma carga afetiva positiva ao termo, como sendo algo pequenino, algo amoroso. Daniel Oliveira, ao recorrer a tal estratégia, parece querer, ironicamente, desvalorizar a posição de Vasco Graça Moura, atribuindo-lhe uma certa infantilidade, desta vez, com uma conotação depreciativa. Esta avaliação consubstancia-se no facto de o Centro Cultural de Belém não dever ser, ao contrário do que refere no título, o “cantinho” de Vasco Graça Moura, mas uma instituição cultural, com um público vasto, que procura, conforme descrito no sítio oficial, promover a cultura e as artes – não as crenças de Vasco Graça Moura. Este posicionamento é reforçado pela questão colocada pelo autor, no fim do seu texto: “Pode ser assim ou o CCB passou a ser um instrumento dos caprichos do Senhor Graça Moura?”.

Este parece constituir, então, o primeiro exemplo de violência verbal (RODRÍGUEZ; LARA, 2008) da análise.

No caso do texto de Miguel Sousa Tavares, que elenca alguns sintagmas nominais avulsos que veiculam valores éticos positivos, entende-se, bastando para isso a leitura das primeiras palavras do corpo do texto, que se trata da sua sincera (e apologética) opinião sobre a mesma ação a que se refere Daniel Oliveira.

8.2. Corpo do Texto

Em ambos os casos, o texto inicia-se com a menção ao destinatário ou ao agente da ação: “Vasco Graça Moura”.

A menção supracitada parece suficiente para, conforme previsto por Amossy (2010), identificar a natureza dialógica dos textos, i.e. evidenciar a relação estabelecida entre um texto primeiro/informação prévia e a sua reação. Efetivamente, nos dois casos, parece claro que a argumentação gira em torno de um terceiro elemento, identificado, mas ausente, conforme proposto por Plantin (1995), conferindo-lhe uma natureza de resposta – talvez não a um único elemento, mas às diversas opiniões veiculadas a propósito do assunto.

No texto de Miguel Sousa Tavares, no entanto, e ainda que estabeleça um “diálogo” com um assunto prévio, não é a Vasco Graça Moura que se dirige. O locutor interpela, sim, diretamente, António José Seguro,¹⁰ opositor da ação de Vasco Graça Moura, estruturando o seu texto em seu torno. Vejamos, agora, em pormenor, alguns mecanismos manipulados pelos dois locutores.

a) *Ethos*

Nos dois casos, o *ethos* adotado não parece conciliador, mas sim de arrogância ou superioridade em relação ao objeto de crítica, tecendo considerações violentas acerca do assunto em questão. Em ambos os textos, os seus autores fazem afirmações categóricas que os colocam na posição superior de as poder fazer, distanciando-se, muitas vezes de forma subtil, da imagem daquele que é criticado. Vejamos:

António José Seguro – a quem jamais se conheceu uma causa que fosse – resolveu fazer deste acto de resistência cívica um desafio à autoridade do Governo e do Estado. (Miguel Sousa Tavares)

No exemplo supracitado, o autor implícita, sem pudor, uma relação lógica em que António José Seguro, por não se lhe conhecer outra causa, condição que lhe permitiria a crítica, não deveria contestar a ação de Graça Moura. Por outro lado, e uma vez que o próprio autor

¹⁰ António José Seguro é um político português, membro e antigo Secretário-geral do Partido Socialista. Em Agosto de 2011, havia sido eleito Conselheiro de Estado pelo Parlamento português.

se envolve na defesa de tal causa, é possível depreender que se distancia do alvo da crítica, através do implícito de que já teria lutado por outras causas e, dessa forma, teria legitimidade para condenar a posição de António José Seguro.

Não me vou dedicar aqui ao apaixonante combate de Resistência Ortográfica Nacional. (Daniel Oliveira)

Daniel Oliveira, no exemplo acima, assume-se numa posição superior à daqueles que, inferiormente, se debatem com a questão da implementação do AO90. Reforça essa posição de sobranceria, através da manipulação de um dispositivo de ironia,¹¹ em “apaixonante”.

Por outro lado, no caso de Miguel Sousa Tavares, em especial, transparece uma necessidade de equilibrar o seu papel de juiz com a democratização do seu papel, integrando-se naquele que julga (ou sabe) ser o seu público leitor. Para esse efeito, recorre a um ato expressivo elogioso, em que, retomando os sintagmas nominais do título (que o esclarecem, deste modo) sublinha as qualidades de Vasco Graça Moura, e a um “nós” inclusivo e recorrente, como em:

Vasco Graça Moura [...] teve a coerência, a coragem e a dignidade de repor em uso no CCB o português que falamos e escrevemos e não aquele que o Acordo Ortográfico nos quer à força converter. (Miguel Sousa Tavares)

b) Defesa e ataque explícitos

As estratégias explícitas de ataque e defesa são muito frequentes, ao longo dos dois textos, podendo, no entanto, subdividir-se em algumas subcategorias. Assim:

¹¹ A ironia é um dispositivo conversacional que revela a polifonia do discurso; a pluralização do sujeito no discurso (DUCROT, 1980) permite distinguir que há uma divergência entre o que o enunciador diz (sentido literal) e o que o locutor implica (sentido derivado) pela ironia. A interpretação destes actos encontra-se no valor ilocutório (derivado e/ou implicado) que o locutor calcula enquanto “ser do mundo” (DUCROT, 1980) e a partir do seu conhecimento enciclopédico (KERBRAT-ORECCHIONI, 1986).

- defesa do homem (e da sua ação) por meio do ataque aos detratores/ enfraquecimento das posições por meio do ataque *ad hominem*

Vasco Graça Moura (que a intelectualidade oficiosa viu com desconfiança ser nomeado presidente do CCB) [...] (Miguel Sousa Tavares)

No exemplo acima, Miguel Sousa Tavares reforça a legitimidade de Graça Moura ocupar o cargo de presidente do CCB, através do enfraquecimento daqueles que o criticaram. Desta forma, legítima, igualmente, a sua ação, desvalorizando todas as críticas subsequentes.

O Secretário para as Nomeações da Cultura, Francisco José Viegas – o mesmo que disse que Mega Ferreira continuaria mas foi obrigado, pelo partido do Senhor Graça Moura, a meter a viola no saco – já explicou que o CCB “não está sob a administração direta ou indireta” do Estado. (Daniel Oliveira)

Daniel Oliveira, no presente exemplo, atribui a Francisco José Viegas a característica de não ser fiável ou, até, de ser mentiroso, recuperando um facto histórico que permite desqualificar o seu adversário e, conseqüentemente, qualquer posição que assuma.

Destaque, também, para o recurso ao termo “Senhor”, em “Senhor Graça Moura”. Daniel Oliveira faz uso dessa forma de tratamento depreciativamente. Em português europeu, o uso do termo “senhor”, especialmente tratando-se de um homem com o seu *curriculum* e o cargo que ocupa, é ofensivo, na medida em que é habitualmente referido como Dr. Vasco Graça Moura.

- A desfocalização/recriação do inimigo

Miguel Sousa Tavares, no seu texto, opera uma estratégia muito interessante que expõe o seu opositor a um inimigo em massa, na medida em que recorre a passagens históricas relativas à colonização de países africanos e à conseqüente herança linguística que os portugueses lhes deixaram, contrastando-as com o facto de alguns deles não terem aceite o AO90. Torna, assim, consciente a ideia de que os detratores de Graça Moura são, também, os detratores dos angolanos, que se recusaram a implementar o acordo. Desta forma, não só coloca António José Seguro como inimigo dos angolanos, como convoca a simpatia e defesa dos

mesmos. Clarifica, desta forma, quem pertence ao endogrupo e ao exogrupo (VAN DIJK, 1998, p. 43). Vejamos:

Veja, António José Seguro: são as nossas ex-colónias que recusam abandonar a língua que nós lhes levámos e agora traímos. Quererá você também dar uma lição aos angolanos, nesta matéria? (Miguel Sousa Tavares)

Também a pergunta retórica dirigida a António José Seguro constitui um ato ameaçador da face, simulando, desta forma, um diálogo com um terceiro.

Repare-se, igualmente, na ausência de uma forma de tratamento de deferência, conforme talvez fosse expectável, tratando-se de um deputado português.

c) Poder da argumentação

- A retoma do ponto de vista outro e a explicitação de argumentos

Nos dois textos, é frequente o recurso à retoma das palavras de outros para reforçar um ponto de vista – seja através da concordância seja através da “ridicularização” do dito. Vejamos:

E poderia ainda reflectir sobre o teor do editorial do oficioso “Jornal de Angola”, desta quarta-feira, quando se justifica a recusa da aceitação do AO dizendo que “não queremos destruir essa preciosidade (a língua portuguesa) que herdámos inteira e sem mácula” e que “se queremos que o português seja uma língua de trabalho na ONU, devemos, antes de mais, respeitar a sua matriz e não pô-la a reboque do difícil comércio das palavras. Há coisas na vida que não podem ser submetidas a negócios”. Veja, António José Seguro: são as nossas ex-colónias que recusam abandonar a língua que nós lhe levámos e que agora traímos. Quererá você também dar uma lição aos angolanos, nesta matéria? (Miguel Sousa Tavares)

Miguel Sousa Tavares, no excerto acima apresentado, recorre à palavra “oficioso” pela segunda vez. Na primeira ocorrência, o autor faz uso do termo para desqualificar a validade dos intelectuais que se opuseram à presidência de Vasco Graça Moura. No presente excerto, o termo é usado com a mesma aceção – contrastando-o com a noção de

“oficial” –, mas procurando distanciar a fonte de quaisquer influências políticas, o que implica tratar-se da voz do povo, dos angolanos em geral, da realidade sem interesses de outra ordem senão a preservação da língua.

Assim, Miguel Sousa Tavares recupera algumas passagens do artigo publicado no *Jornal de Angola* e, claramente de acordo com as mesmas, interpela diretamente António José Seguro, questionando-o sobre a sua vontade de “dar uma lição aos angolanos”.

O Secretário para as Nomeações na Cultura, Francisco José Viegas - o mesmo que disse que Mega Ferreira continuaria mas foi obrigado, pelo partido do senhor Graça Moura, a meter a viola no saco - já explicou que o CCB “não está sob administração direta ou indireta” do Estado. Ou seja, que o ex-secretário de Estado da Segurança Social, ex-secretário de Estado dos Retornados, ex-diretor da RTP2, ex-administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ex-presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Fernando Pessoa, ex-presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, ex-comissário-geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha, ex-eurodeputado e intrépido opositor de intelectuais subsidiodependentes que construíram a sua carreira às custas dos dinheiros públicos pode fazer o que lhe der na gana. (Daniel Oliveira)

No excerto acima, Daniel Oliveira faz uso da citação/retoma do outro, com o intuito de, contrariamente a Miguel Sousa Tavares, contestar esse posicionamento. Na sequência da citação, Daniel Oliveira explicita o significado que aquela intervenção, a seu ver, possui, através do recurso à locução de explicitação “ou seja”. Nessa sequência de explicitação, Daniel Oliveira, recorrendo a factos, procura demonstrar a falta de nexo entre a posição adotada e a realidade do cargo de Vasco Graça Moura – um cargo público, na sequência de muitos outros que, apesar de tudo, já não o são (posição que reforça com o uso intencional de “ex”). Reitera o seu desagrado perante a impunidade assumida, através da expressão “[...] ex-eurodeputado e intrépido opositor de intelectuais subsídio-dependentes que construíram a sua carreira às custas dos dinheiros públicos pode fazer o que lhe der na gana.”

A acusação sem eufemismos de nenhuma espécie permite identificar, com clareza, um dos exemplos mais evidentes de violência

verbal: Daniel Oliveira acusa Vasco Graça Moura de ser dependente de subsídios e de ter passado a sua vida com aquilo a que os portugueses chamam de “tachos” políticos, ou seja, assumindo cargos para os quais foi nomeado sem qualquer mérito.

– Axiologia dos termos

Nos dois textos, é possível verificar uma escolha cuidadosa dos verbos associados aos “bons” e aos “maus”, nesta dicotomia polémica. Assim, vejamos:

Vasco Graça Moura [...] teve a coerência, a coragem e a dignidade de repor em uso no CCB o português que falamos e escrevemos e não aquele que o Acordo Ortográfico nos quer à força converter. (Miguel Sousa Tavares)

Vasco Graça Moura impôs aos serviços do CCB a suspensão da aplicação do Acordo Ortográfico. (Daniel Oliveira)

No primeiro exemplo, Miguel Sousa Tavares torna, com a construção apresentada, o Acordo Ortográfico num agente. Agente maléfico, que tem a intenção de “converter” à força o povo português, em que Miguel Sousa Tavares se inclui.

No segundo exemplo, é Vasco Graça Moura quem “impõe” vilmente o combate ao Acordo Ortográfico.

Nos dois casos, é evidente a escolha de verbos agentivos e de conotação negativa aquando da associação ao objeto de crítica.

Confronte-se, agora, o uso que Miguel Sousa Tavares faz do termo “coragem” e a opção de Daniel Oliveira para o mesmo termo, no exemplo abaixo.

A sua “coragem” mereceu aplausos excitados de jornalistas mais impressionáveis (Daniel Oliveira)

O uso de “coragem”, sem aspas, é, supostamente, uma referência ao texto de Daniel Oliveira, cuja publicação antecedeu a de Miguel Sousa Tavares. Se assim for, trata-se de uma nova evidência do caráter dialógico dos textos de opinião e, em particular, da certeza de que os textos se comunicam e se respondem diretamente, como se estivessem frente a frente.

No caso de Miguel Sousa Tavares, o uso do termo “coragem” não se reveste de qualquer ironia. No entanto, no caso de Daniel Oliveira, há uma necessidade nítida de mostrar que o seu uso é irônico. Caso as aspas não fossem suficientes para transmitir a sua intenção, o autor descredibiliza, ainda, os jornalistas que aplaudiram a ação de Graça Moura, chamando-lhes “impressionáveis”. O contraste entre o significado atribuído à mesma palavra é muito evidente e permite reforçar a posição ocupada por cada um dos autores.

8.3 Fecho do Texto

No período de fecho do texto de ambos os autores, é clara a intenção de continuidade. O uso de termos algo insultuosos mostra que os locutores não visam o consenso, o que, de resto, é característica da polémica. O incentivo ao dissenso torna-se mais evidente quando, nos dois casos, o texto termina com um ato ilocutório iniciativo de pergunta, embora retórica, permitindo, desta forma, dar continuidade à discussão.

Veja, António José Seguro: são as nossas ex-colónias que recusam abandonar a língua que nós lhe levámos e que agora traímos. Quererá você também dar uma lição aos angolanos, nesta matéria? (Miguel Sousa Tavares)

Pode ser assim ou o CCB passou a ser um instrumento dos caprichos do senhor Graça Moura? (Daniel Oliveira)

No caso de Miguel Sousa Tavares, o autor faz uso de um ato de provocação que coloca, como visto acima, António José Seguro em confronto com um inimigo mais pesado do que ele próprio. Destaque, também, para o uso de “senhor”, em “senhor Graça Moura” que, conforme explorado acima, assume uma conotação depreciativa.

No caso de Daniel Oliveira, o uso da expressão “caprichos” provoca alguma irritação no alvo de crítica, neste caso, o Estado, que nada fez para travar a ação de Vasco Graça Moura. É, também, uma forma insultuosa de classificar a ação em análise.

Nos dois casos, a opção pela pergunta mostra que os autores pretendem provocar uma reação, o que, acompanhado da escolha lexical, mostra a intenção de perpetuar a polémica, sem vontade de convencer o outro.

9 Reflexões finais

O presente estudo permitiu mostrar, através da análise de dois exemplares de texto de opinião sobre o AO90, algumas estratégias linguísticas manipuladas na construção do discurso polêmico. Concluiu-se que os autores dos textos assumiram, desde o seu início, um *ethos* (AMOSSY, 1999) de superioridade, ainda que Miguel Sousa Tavares, tendo por base a necessidade de clarificar a sua posição e, concomitantemente, atrair apoiantes, tenha recorrido, frequentemente, ao uso de um “nós” inclusivo.

Os dois autores, recorrendo a uma estratégia de descredibilização do seu oponente, reforçaram a relação antagónica estabelecida entre o EU e o OUTRO, conforme previsto por autores como van Dijk (2005).

Nos dois casos, percebe-se a intenção de agredir o opositor – mais do que as suas ideias –, procurando alimentar a polémica já existente (e da qual partem os dois textos – natureza dialógica). A natureza dialógica (KERBRAT-ORECCHIONI, 1980a, 1992, 2001, 2005, entre outros) e, talvez, dialogal dos dois textos é, assim, claramente expressa também pela recuperação, por Miguel Sousa Tavares, de termos específicos usados por Daniel Oliveira, com conotações opostas, de que é exemplo o recurso à palavra “coragem” (com e sem aspas).

No seio da polémica, vários são os FTAs (GOFFMAN, 1959) ativados pelos dois autores, merecendo especial destaque os ataques *ad hominem* (AMOSSY, 2014) encetados por Daniel Oliveira, quando insulta Vasco Graça Moura e o acusa de ser subsídio-dependente, ou a brilhante estratégia de Miguel Sousa Tavares ao criar um novo inimigo a António José Seguro – os angolanos. Os constantes ataques à face do outro, carregados de violência e agressividade, revelam, precisamente, a intenção nula de convencer o outro, e reforçam o intuito de vencer e anular o adversário.

Foi, igualmente, possível apresentar alguns exemplos de retoma do dito, sob forma de citação, motivando a contenda verbal.

Os dois textos terminam com um ato ilocutório iniciativo de pergunta, com pressupostos insultuosos, o que revela a intenção de dar continuidade à discussão e alimentar o dissenso.

Parece confirmar-se, assim, que, nos textos de opinião sobre o AO90, na imprensa portuguesa, a troca de galhardetes, de ofensas verbais, imbuídas de agressividade e violência, são comuns e, ao invés

de debaterem os argumentos linguísticos que subjazem à adoção ou à recusa do AO90, focam-se na querela e no insulto às pessoas ou às ações políticas.

Em suma, em ambos os textos, é evidente a intenção de perpetuar a polémica, atacando o interlocutor ao invés das suas ideias, desqualificando os apoiantes de posições opostas à do locutor. Ademais, através dos dados recolhidos, foi possível reforçar a ideia de que a agressividade e a violência verbais podem assumir o modo escrito, contrariamente ao defendido por autores como Bravo (2003).

Agradecimentos

A amizade é regida pelo mesmo mecanismo que o amor, é instantânea e absoluta.

(António Lobo Antunes)

À Professora Doutora Isabel Roboredo Seara, a quem dedico e agradeço o presente trabalho.

Sem os reptos que me lança e a sua inesgotável crença, nada restaria em mim senão a convicção de não ser capaz.

Agradeço-lhe, comovida, a generosidade com que aceitou ser minha orientadora e o privilégio de poder ser sua amiga.

Que bom seria se todos os caminhos de desafio pudessem ser trilhados junto de pessoas tão luminosas.

Por acreditar e me fazer acreditar, obrigada, querida Professora!

Referências

AMOSSY, R. *Apologie de la polemique*. Paris: Presses Universitaires de France, 2014. DOI: <https://doi.org/10.3917/puf.amos.2014.01>

AMOSSY, R. *L'argumentation dans le discours*, Paris: Armand Colin, 2012.

AMOSSY, R. La coexistence dans le dissensus. La polémique dans les forums de discussion. *Semen. Revue de Sémio-Linguistique des Textes et Discours*, Besançon, v. 31, p. 25-42, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/sem.9051>. Disponível em: www.journals.openedition.org. Acedido em: 3 jan. 2020.

AMOSSY, R. The Functions of Polemical Discourse in the Public Sphere. In: SMITH, M.; WARNICK, B. (org.). *The Responsibilities of Rhetoric*. Long Grove: Waveland Press, 2010. p. 52-61.

AMOSSY, R. Modalités argumentatives et registres discursifs: le cas du polemique. In: GAUDIN-BORDES, L.; SALVAN, G. (org.). *Les registres*. Enjeux stylistiques et visées pragmatiques. Louvain-la-Neuve: Academia Bruylant, 2008a. p. 93-102.

AMOSSY, R. L'argument Ad hominem dans l'échange polemique. In: DE CLERCQ, G.; MURAT, M.; DANGEL, J. (org.). *La parole polemique*. Paris: Honoré Champion, 2003. p. 409-423.

AMOSSY, R. Introduction to the Study of Doxa. *Poetics Today*, Duke, v. 23, n. 3, 2002. p. 369-394. DOI: <https://doi.org/10.1215/03335372-23-3-369>

AMOSSY, R. Ethos at the Crossroads of Disciplines: Rhetoric, Pragmatics, Sociology. *Poetics Today*, Duke, v. 22, n. 1, p. 1-23, 2001. DOI: <https://doi.org/10.1215/03335372-22-1-1>

AMOSSY, R. *Images de soi dans le discours*. La construction de l'ethos. Lausanne: Delachaux et Niestlé, 1999.

AMOSSY, R.; ZAVAGLIA, A. O lugar da argumentação na análise do discurso: abordagens e desafios contemporâneos. *Filologia e Linguística Portuguesa*, São Paulo, v. 9, p. 121-146, 2007. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2176-9419.v0i9p121-146>

ANGENOT, M. Novas proposições para o estudo da argumentação na vida social. *EID&A: Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, Ilhéus, v. 3, p. 142-155, 2015. Disponível em: www.periodicos.uesc.br/index.php/eidea/article/view/413. Acedido em: 3 fev. 2020.

ANGENOT, M. *Dialogues de sourds*: traité de rhétorique antilogique. Paris: Mille et Une Nuits, 2008.

AUSTIN, J. L. *How to do Things with words*. New York: Oxford University Press, 1962.

BALANBRÓN, PAZOS. *Violencia y publicidad televisiva*, De la violencia como recurso creativo a la publicidad como violencia. Murcia, Espanha: Universidad Católica de San Antonio, 2004.

BOUSFIELD, D. *Impoliteness in Interaction*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins, 2008. DOI: <https://doi.org/10.1075/pbns.167>

BRAVO, D. Actividades de cortesía, imagen social y contextos socioculturales: una introducción. In: _____. (org.). *Actas del Primer Coloquio del Programa EDICE*, La perspectiva no etnocentrista de la cortesía: identidad sociocultural de las comunidades hispanohablantes: Stockholms: Stockholms Universitet, 2003. p. 98-108. Disponível em: www.edice.org. Acedido em: 10 abr. 2020.

BRILLIANT, M. L'émergence de la polémique autour de la formule « immigration choisie » dans la presse française (janvier-juillet 2005). *Semen. Revue de Sémio-Linguistique des Textes et Discours*, Besançon, v. 31, p. 113-128, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9105>. Disponível em: www.journals.openedition.org. Acedido em: 3 jan. 2020.

BURGER, M. Une caractérisation praxéologique du désaccord polémique : ce qu'informer dans les médias veut dire. *Semen. Revue de Sémio-Linguistique des Textes et Discours*, Besançon, v. 31, p. 61-80, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9183>. Disponível em: www.journals.openedition.org. Acedido em: 3 jan. 2020.

BURGER, M. Analyzing the Linguistic Dimension of Globalization in Media Communication: the Case of Insults and Violence in Debates. In: DANIEL, P.; WYSS, E. L. (org.). *Media Linguistics from a European Perspective: Language Diversity and Medial Globalization in Europe*. Basileia: VALS / ASLA, 2008. p. 127-150.

BURGER, M. La complexité argumentative d'une séquence de débat politique médiatique. In: BURGER, M.; GUYLAINE, M. (org.). *Argumentation et communication dans les médias*. Québec: Nota Bene, 2005. p. 51-79.

CABRAL, A. L. T.; ALBERT, S. A. B. Quebra de polidez na interação: das redes sociais para os ambientes virtuais de aprendizagem. In: CABRAL, A. L. T.; SEARA, I. R.; GUARANHA, M. F. (org.). *Descortesia e cortesia: expressão de culturas*. São Paulo: Cortez, 2017. p. 267-294.

CABRAL, A. L. T.; LIMA, N. V. Argumentação e polêmica nas redes sociais: o papel de violência verbal. *Signo*, Santa Cruz do Sul, RS, v. 42, n. 73, p. 86-97, 2017. DOI: <https://doi.org/10.17058/signo.v42i73.8004>. Disponível em: <http://online.unisc.br/seer/index.php/signo>. Acedido em: 2 fev. 2020.

CARREIRA, M. H. A. *Modalisation Linguistique en situation d'interlocution*. Proxémique et modalités en Portugais. Paris: Ed. Peeters, 1997.

CASTRO, I.; LEIRIA, I. *A demanda da ortografia portuguesa*. Comentário do Acordo Ortográfico de 1986 e Subsídios para a Questão que lhe Seguiu. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1987.

CAVALCANTE, M.; PINTO, R.; BRITO, M. Polêmica e Argumentação. Interfaces possíveis em textos midiáticos de natureza política. *Diacrítica, Argumentação e Discursos*, Braga, Portugal, v. 32, n. 1, p. 5-24, 2018. DOI: <https://doi.org/10.21814/diacritica.140>.

CHARAUDEAU, P. *Le débat public. Entre controverse et polémique*. Enjeu de vérité, enjeu de pouvoir. Limoges: Lambert-Lucas, 2017.

CHARAUDEAU, P. El contrato de comunicación en una perspectiva lingüística: Normas psicosociales y normas discursivas. *Opcion*, Maracaibo, Venezuela, v. 22, n. 49, p. 38-54, 2006. Disponível em: www.dialnet.unirioja.es. Acedido em: 7 dez. 2019.

CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. *Dictionnaire d'Analyse du Discours*. Paris: Éditions du Seuil, 2002.

CHARAUDEAU, P. Une analyse sémiolinguistique du discours. *Langages*, Paris, n. 117, p. 96-111, 1995a. DOI: <https://doi.org/10.3406/lgge.1995.1708>. Disponível em: www.patrick-charaudeau.com/Une-analyse-semiolinguistique-du,64.html. Acedido em: 10 de janeiro de 2020.

CHARAUDEAU, P. Ce que communiquer veut dire. *Revue des Sciences Humaines*, [S.l.], n. 51, p. 1-6, 1995b. Disponível em: www.patrick-charaudeau.com/Ce-quecommuniquer-veut-dire.html. Acedido em: 10 fev. 2020.

CRISTÓVÃO, F. et al. *Dicionário temático da Lusofonia*. Lisboa: Texto Editores, [s.d.].

CULPEPER, J. Impoliteness and Entertainment in the Television Quiz Show: The Weakest Link. *Journal of Politeness Research, Language, Behaviour, Culture*, [S.l.], n. 1, p. 35-72, 2005. DOI: <https://doi.org/10.1515/jplr.2005.1.1.35>

CULPEPER, J. Towards an anatomy of impoliteness. *Journal of Pragmatics*, [S.l.], n. 25, p. 349-367, 1996. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(95\)00014-3](https://doi.org/10.1016/0378-2166(95)00014-3). Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/296975261/Culpeper-1996-Towards-an-Anatomy-of-Impoliteness>. Acedido em: 10 fev. 2020.

DASCAL, M. The balance of reason. In: VANDERVEKEN, D. (org.). *Logic, Thought and Action*. Netherlands: Springer, 2005. p. 27-48. DOI: https://doi.org/10.1007/1-4020-3167-X_2

DASCAL, M. Strategies of Dispute and Ethics: Du Tort and La Place d'Au-truy. *Proceedings of the VI. Internationaler Leibniz-Kongress*, Hannover, v. 2, 1995a. p. 108-116.

DASCAL, M. Observations sur la Dynamique des Controverses. *Cahiers de Linguistique Francaise*, Genebra, Suíça, v. 17, 1995b. p. 99-121.

DASCAL, M. Speech Act Theory and Gricean Pragmatics. In: TSOHATZIDIS, S. L. (org.). *Foundations of Speech Act Theory: Philosophical and Linguistic Perspectives*. London: Routledge, 1994. p. 323-334.

DASCAL, M. On the Pragmatic Structure of Conversation. In: SEARLE, J. R. et al. *Searle on Conversation*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1992. p. 35-56. DOI: <https://doi.org/10.1075/pbns.21.04das>

DASCAL, M. The Controversy about Ideas and the Ideas about Controversy. In: GIL, F. (org.). *Controversias Científicas e Filosóficas*. Lisboa: Editora Fragmentos, 1990a. p. 61-100. Disponível em: <https://www.tau.ac.il/humanities/philos/dascal/publications.html>. Acedido em: 19 jan. 2020.

DASCAL, M. La Arrogancia de la Razón. *Isegoría*, Madri, v. 2, p. 75-103, 1990b. DOI: <https://doi.org/10.3989/isegoria.1990.i2.391>

DASCAL, M. Controversies as Quasi-Dialogues. In: WEIGAND, E.; HUNDSNURCHER, F. (org.). *Dialoganalyse II, Band 1*. Tubingen: Niemeyer, 1989. p. 147-159.

DOURY, M. Preaching to the Converted. Why Argue When Everyone Agrees?. *Argumentation*, [S.l.], v. 26, n. 1, p. 99-114, 2012. DOI: <https://doi.org/10.1007/s10503-011-9237-4>.

DUCROT, O. *et al. Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.

ENGELHARDT JR., H. T.; CAPLAN, A. L. (org.). *Scientific Controversies: Case Studies in the Resolution and Closure of Disputes in Science and Technology*. Cambridge: Cambridge University Press, 1987. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9780511628719>

ESTRELA, E. *A questão ortográfica*. Reforma e acordos da Língua Portuguesa. Lisboa: Editorial Notícias, [s.d.].

FONSECA, J. (org.). *A Organização e o funcionamento dos discursos*. Estudos sobre o Português. Porto: Porto Editora, 1998. Tomos I, II, III.

FONSECA, J. Dimensão accional da linguagem e construção do discurso. In: _____. *Pragmática Linguística*. Introdução, teoria e descrição do português. Porto: Porto Editora, 1994. p. 127-128.

FONSECA, F. I. *Deixis*. Tempo e narração. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 1992a.

FONSECA, J. *Linguística e texto/discurso: teoria, descrição, aplicação*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1992b.

FONSECA, F. V. P. *O português entre as línguas do mundo (situação, História, Variedades)*. Coimbra: Livraria Almedina, 1985.

GIL, I. T. M. F. C. *Discurso, conflito e argumentação*. Das emoções no(s) discurso(s) em contexto referendário. 2018. 1005f. Tese (Doutoramento em Linguística) – Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Católica Portuguesa, Braga, 2018.

GOFFMAN, E. *Interaction ritual*. Nova Iorque: Pantheon Books, 1967.

GOFFMAN, E. *The Presentation of Self in Everyday Life*. New Cork: Doubleday, 1959.

GOMES, F. Á. *O Acordo Ortográfico*. Porto: Edições Flumen, 2008.

GRANGER, G. G. Discussing or Convincing: An Approach towards a Pragmatical Study of the Languages of Science. In: DASCAL, M. (org.). *Dialogue*. An Interdisciplinary Approach. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company, 1985. p. 339-352. DOI: <https://doi.org/10.1075/pbcs.1.32gra>

HEKMAT, I. La polémicité des formules « choc des civilisations » et « Kampf der Kulturen »: une étude constrative. In: BURGER, M.; JACQUIN, J.; MIVHELI, R. (org.). *La parole politique en confrontation dans les médias*. Paris: De Boeck Supérieur, 2011. p. 89-107.

JACQUIN, J. Le/La polémique: une catégorie opératoire pour une analyse discursive et interactionnelle des débats publics?. *Semen, Revue de Sémiotique Linguistique des Textes et Discours*, Bensançon, v. 31, p. 43-60, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9085>. Disponível em: www.journals.openedition.org. Acedido em: 3 jan. 2020.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Le Discours in Interaction*. Paris: Armand Colin, 2005.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les actes de langage dans le discours*. Paris: Nathan Université, 2001.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. L'analyse des interactions verbales : la notion de “négociation conversationnelle” – défense et illustrations. *Lalies. Langue et Littérature*, Paris, n. 20, 2000. p. 63-141.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation*. De la subjectivité dans le langage, Paris: Armand Colin, 1997.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *Les interactions verbales*. T. I. Paris: A. Colin, 1992.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'Implicite*, Paris : Armand Colin, 2ème edition, 1986.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La polémique et ses définitions*. La parole polemique. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 1980a.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *L'énonciation*. De la subjectivité dans le langage. Paris: Armand Colin, 1980b.

LE BART, C. *Le Discours Politique*. Paris: PUF, 1998.

MAINGUENEAU, D. Argumentação e Análise do Discurso: reflexões a partir da segunda Provincial. In: MIOTELLO, V. BARONAS, R. L. (org.). *Análise de Discurso: teorizações e métodos*. Tradução de Piris, E. L.; Ferreira, M. O. São Carlos: Pedro & João Editores, 2011. p. 69-86.

MAINGUENEAU, D. Problème d'ethos. *Pratiques*, Paris, n. 113, 2002. p. 55-68. DOI: <https://doi.org/10.3406/prati.2002.1945>

- MAINGUENEAU, D. *L'analyse du discours*. Paris: Hachette, 1991.
- MAINGUENEAU, D. *Genèses du discours*. Bruxelles: Pierre Mardaga, 1984.
- MAINGUENEAU, D. *Sémantique de la polémique*. Lausanne: Éditions l'Âge de l'Homme, 1983.
- MICHELI, R. Quand l'affrontement porte sur les mots en tant que mots: polémique et réflexivité langagière. *Semen, Revue de Sémio-Linguistique des Textes et Discours*, Bensaçon, v. 31, p. 97-112, 2011. DOI: <https://doi.org/10.4000/semen.9164>. Disponível em: www.journals.openedition.org. Acedido em: 3 jan. 2020.
- NORRICK, N. R. Expressive illocutionary acts. *Journal of Pragmatics*. [S.l.], v. 2, n. 3, p. 277-291 1978. DOI: [https://doi.org/10.1016/0378-2166\(78\)90005-X](https://doi.org/10.1016/0378-2166(78)90005-X)
- O'SULLIVAN, P. B.; FLANAGIN, A. J. Reconceptualizing 'flaming' and other problematic messages. *New Media & Society*, v. 5, n. 1, p. 69-94, 2003. DOI: <https://doi.org/10.1177/1461444803005001908>.
- PALMA, E. V. F. B. *Acordo Ortográfico: um puzzle de oito cabeças*. 2010. 95f. Dissertação (Mestrado em Ensino do Português como Língua Segunda e Estrangeira) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2010.
- PALRILHA, S. M. R. *Contributos para a análise dos actos ilocutórios expressivos em português*. 2009. 130f. Dissertação (Mestrado em em Linguística e Ensino) – Universidade de Coimbra, Faculdade de Letras, 2009. Disponível em: <http://www.uc.pt/uid/celga/recursosonline/dissertacoes/dissertacoesdemestrado/silveriamariaramospalrila>. Acedido em: 28 dez. 2019.
- PLANTIN, C. No se trata de convencer, sino de convivir. L'ère postpersuasion. *Rétor*, Buenos Aires, v. 1, n. 1, 2011. p. 59-83.
- PLANTIN, C. *L'argumentation*. Paris: Le Seuil, 1996.
- PLANTIN, C. Fonctions fu tiers. In: ORECCHIONI, C.; PLANTIN, C. (org.), *Le Trilogue*, Lyon: PUL, 1995. p. 108-133.

RAMOS, R. O discurso de opinião como discurso polêmico: aspectos da sua configuração e da interação social. *Cadernos do Noroeste*, Braga, v. 14, n. 1-2, p. 235-247, 2000. DOI: [https://org.doi.10.17231/comsoc.2\(2000\).1398](https://org.doi.10.17231/comsoc.2(2000).1398)

RIBEIRO, H. M. S. N. *Da linguagem em questão à questão da linguagem*, reflexões a propósito da polémica sobre o “Acordo Ortográfico”. 1994, 127f. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 1994.

RODRIGUES, S. V. *Estrutura e funcionamento da interação verbal polémica*. Contributo para o estudo da polemicidade em Camilo Castelo Branco. 2008. 609f. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, Porto, 2008.

RODRÍGUEZ, C. F.; LARA, E. R. A. *(Des)cortesía, agresividad y violencia verbal en la sociedad actual*. Andaluzia: Universidad Internacional de Andalucía, 2008.

SEARA, I. R.; MARQUES, I. S. Guerre ou paix autour de l’accord orthographique au Portugal. Étude des modalités dans les polemiques verbales. In: ARAÚJO CARREIRA, M. H. (org.). *Faits de langue et de discours pour l’expression des modalités dans les langues romanes*. Paris: Université Paris 8 – Vincennes Saint-Denis, 2015. p. 435-455. n. 60.

SEARLE, J. R. *Speech Acts: An Essay in the Philosophy of Language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1969. DOI: <https://doi.org/10.1017/CBO9781139173438>

SILVA NETO, S. *A língua portuguesa no Brasil*. Lisboa: Académica, 1960.

SOUSA TAVARES, M. São coisas da vida. *Expresso*, [S.l.], 19 maio 2008. Opinião, [s.p.]. Disponível em: https://expresso.pt/opiniaio/opiniaio_miguel_sousa_tavares/sao-coisas-da-vida=f322538. Acedido em: 17 abr. 2020.

TERKOURAFI, M. Toward a unified theory of politeness, impoliteness, and rudeness. In: BOUSFIELD, D.; LOCHER, M. (ed.). *Impoliteness in language*. Language, Power and Social Process. Berlin: Mouton de Gruyter, 2008. P. 45-76. (Serie Language, Power and Social Process [LPSP], 21 n. 21).

TEYSSIER, P. *História da Língua Portuguesa*. Lisboa: Edições Sá da Costa, 1990.

VAN DIJK, T. *Discurso e poder*. Tradução de Judith Hoffnagel. São Paulo: Contexto, 2008.

VAN DIJK, T. Contextual knowledge management in discourse production: a CDA perspective. In: WODAK, R.; CHILTON, P. (org.). *A New Agenda in (Critical) Discourse Analysis: Theory, methodology and interdisciplinarity*. Amsterdam: John Benjamins Company, 2005. p. 71-100. (Série Discourse Approaches to Politics, Society and Culture, n. 13) DOI: <https://doi.org/10.1075/dapsac.13.07dij>

VAN DIJK, T. *Ideology. A Multidisciplinary Approach*. London: Sage Publications, 1998.

VILLALVA, A. Modificação morfológica. In: MATEUS, M. H. (org.). *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho, 2003. p. 956-966.

ANEXOS

Anexo 1

Jornal: <i>Expresso</i>	Título: O cantinho de Vasco Graça Moura	Data: 06/02/12
Autor: Daniel Oliveira		

O cantinho de Vasco Graça Moura

Vasco Graça Moura impôs aos serviços do CCB a suspensão da aplicação do Acordo Ortográfico. A sua “coragem” mereceu aplausos excitados de jornalistas mais impressionáveis. Não me vou dedicar aqui ao apaixonante combate da Resistência Ortográfica Nacional. O Acordo Ortográfico é uma norma sem sanção. Cumpre quem quer. Nenhuma editora, nenhum jornal e nenhum particular é obrigado a segui-lo. Nem este acordo, nem as sucessivas reformas ortográficas do século XX que, nas últimas décadas, aceitámos como se fossem uma dádiva da natureza. Apenas se espera que quem é nomeado pelo Estado não obrigue as instituições que dirige por via dessa nomeação a não cumprir os acordos internacionais que o Estado assina. Não é pedir muito.

O Secretário para as Nomeações na Cultura, Francisco José Viegas - o mesmo que disse que Mega Ferreira continuaria mas foi obrigado, pelo partido do senhor Graça Moura, a meter a viola no saco - já explicou que o CCB “não está sob administração direta ou indireta” do Estado. Ou seja, que o ex-secretário de Estado da Segurança Social, ex-secretário de Estado dos Retornados, ex-diretor da RTP2, ex-administrador da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, ex-presidente da Comissão Executiva das Comemorações do Centenário de Fernando Pessoa, ex-presidente da Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, ex-comissário-geral de Portugal para a Exposição Universal de Sevilha, ex-eurodeputado e intrépido opositor de intelectuais subsidiodependentes que construíram a sua carreira às custas dos dinheiros públicos pode fazer o que lhe der na gana. Fica uma dúvida: a nomeação pública é apenas uma forma de premiar os militantes mais fiéis ou tem algum objetivo? Se não tem, compreende-se que a alternância no governo tenha de ser acompanhada pela alternância partidária nas nomeações. Se tem, o mínimo dos mínimos é que o nomeado não se dedique a boicotar os acordos assinados pelo Estado.

Vasco Graça Moura recusa-se a aceitar trabalhar em instituições que apliquem o acordo ortográfico? Tem boa solução: recusa nomeações públicas.

Isso, tendo em conta o seu estatuto de nomeado crónico, é que seria uma prova de coragem. Assim, soa apenas a prepotência.

Pode-se, claro, defender que os imperativos de consciência de Graça Moura estão acima de qualquer papel assinado pelo Estado que o nomeou. Respeito. Com uma condição: o seu direito à indignação é extensível a todos os que trabalham na instituição. Qualquer funcionário do CCB que queira escrever com a nova grafia em documentos oficiais deve ter a liberdade de o fazer. Pode ser assim ou o CCB passou a ser um instrumento dos caprichos do senhor Graça Moura?

Anexo 2

Jornal: <i>Expresso</i>	Título: A coerência, a coragem e a dignidade	Data: 11/02/12
Autor: Miguel Sousa Tavares		

A coerência, a coragem e a dignidade

Vasco Graça Moura (que a intelectualidade oficiosa viu com desconfiança ser nomeado presidente do CCB), teve a coerência, a coragem e a dignidade de repor em uso no CCB o português que falamos e escrevemos e não aquele a que o Acordo Ortográfico nos quer à força converter. António José Seguro – a quem jamais se conheceu uma causa que fosse – resolveu fazer deste acto de resistência cívica um desafio à autoridade do Governo e do Estado. Se, porém, se desse ao trabalho de pensar para lá da baba política, Seguro poderia meditar sobre a validade jurídica de um tratado que apenas algumas partes ratificaram e poderia questionar-se sobre as razões que levaram Moçambique e Angola a recusarem o tratado que, supostamente, lhes era destinado, antes de mais. E poderia ainda reflectir sobre o teor do editorial do oficioso “Jornal de Angola”, desta quarta-feira, quando se justifica a recusa da aceitação do AO dizendo que “não queremos destruir essa preciosidade (a língua portuguesa) que herdámos inteira e sem mácula” e que “se queremos que o português seja uma língua de trabalho na ONU, devemos, antes de mais, respeitar a sua matriz e não pô-la a reboque do difícil comércio das palavras. Há coisas na vida que não podem ser submetidas a negócios”. Veja, António José Seguro: são as nossas ex-colónias que recusam abandonar a língua que nós lhe levámos e que agora traímos. Querirá você também dar uma lição aos angolanos, nesta matéria?